



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

MENSAGEM Nº 017, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores,

Encaminho à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei que visa promover ajustes na Lei Municipal nº 276, de 22 de abril de 2019, que dispõe sobre a instituição e oficialização da Cozinha Comunitária em nosso Município. A proposição em tela busca, fundamentalmente, isentar a tarifa atualmente cobrada pela refeição servida, visando ampliar o alcance social do programa e garantir o acesso universal à alimentação de qualidade para todos os munícipes.

A Cozinha Comunitária de Marco, oficialmente denominada "Cozinha Comunitária Manoel Orlans Rios" pela Lei Municipal nº 194, de 23 de junho de 2016, e instituída e oficializada pela Lei Municipal nº 276, de 2019, representa um equipamento público de fundamental importância para a promoção da segurança alimentar e nutricional em nossa comunidade. Sua criação teve como propósito permitir à população carente o acesso a uma alimentação saudável e balanceada a preços acessíveis, operando sem a obtenção de lucro, conforme é expressamente consignado no *caput* do artigo 1º da Lei nº 276/2019.

A Lei nº 276/2019, em seu artigo 2º, autoriza a cobrança de Tarifa por refeição servida na Cozinha Comunitária, estabelecendo, em seu parágrafo único, que o valor a ser cobrado não ultrapassaria o seu valor de custo e seria fixado por meio de Decreto do Poder Executivo Municipal. Considerando o objetivo da gestão de garantir o acesso universal à alimentação, propõe-se a isenção total da tarifa para todos os usuários da Cozinha Comunitária.

Diante desse quadro, torna-se imperativo ajustar o marco legal que rege o funcionamento da Cozinha Comunitária para extinguir a cobrança da referida tarifa. A alteração proposta no Projeto de Lei anexo revoga a autorização para a cobrança da tarifa, garantindo o acesso universal e gratuito à alimentação para todos os usuários. Essa medida permitirá que a Cozinha Comunitária cumpra integralmente sua função social, assegurando que a segurança alimentar e nutricional seja garantida para todos os segmentos da população, em consonância com os princípios e diretrizes da Política Nacional de



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

Assistência Social e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em observância à Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, e ao Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, no que se refere à instituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. No âmbito estadual, a Lei nº 13.833, de 21 de julho de 2006, institui a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará – PESAN/CE e, no âmbito municipal, a Segurança Alimentar e Nutricional é referência na Lei Municipal nº 508, de 29 de novembro de 2023 e no Decreto nº 08012024/01.

A proposta de alteração legislativa, ao eliminar a tarifa, confere ao Poder Executivo a ferramenta legal necessária para gerir o programa de forma ainda mais equitativa e alinhada com as necessidades da população. A medida proposta representa, portanto, um avanço significativo na efetivação do direito humano à alimentação adequada, reforçando o compromisso da gestão municipal com a proteção social e o bem-estar da população de Marco.

Pelo exposto, e convicto da importância social da matéria, submeto o presente Projeto de Lei à consideração dos nobres membros desta Casa Legislativa, solicitando sua célere apreciação e consequente aprovação.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 28 de abril de 2025.

Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

PROJETO DE LEI Nº 017, DE 28 DE ABRIL DE 2025.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 276, DE 22 DE ABRIL DE 2019, QUE INSTITUI E OFICIALIZA A COZINHA COMUNITÁRIA DE MARCO DENTRO DO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DE QUALIDADE, PARA DISPOR SOBRE A ISENÇÃO TOTAL DE TARIFA

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MARCO**, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Marco aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei nº 276, de 22 de abril de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º.** Fica isenta a cobrança de Tarifa por refeição servida na Cozinha Comunitária Manoel Orlans Rios ” (NR)

Art. 2º. O parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal nº 276, de 22 de abril de 2019, fica expressamente revogado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, Ceará, aos 28 de abril de 2025.

Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto
Prefeito Municipal